

Reflexões Acerca do Corpo

Frente o Processo de Adoecimento do Trabalhador

Simone Eickhoff Bigolin¹

Resumo

Este texto se constrói a partir de reflexões exercitadas na dissertação que será apresentada no mestrado em Educação nas Ciências. Busca compreender a maneira como a organização do trabalho interfere no corpo do trabalhador, condicionando suas atitudes, seu jeito de ser e até mesmo suas vontades. A condição humana é violada pelo ritmo, pelas jornadas extensas, pelo acúmulo de atividades, determinando um processo de alienação, ao qual o trabalhador se submete pela necessidade de continuar trabalhando. Muito provavelmente poderão acontecer implicações para sua saúde, pois se encontra como um instrumento à mercê da racionalidade capitalista que menospreza a condição humana e valoriza o lucro.

Palavras-chave: doença, trabalho, corpo, saúde.

¹ Fisioterapeuta, professora do curso de Fisioterapia da Unijuí, especialista em Fisioterapia Ortopédica e Traumatológica, mestre em Educação nas Ciências na Unijuí.

Thoughts About the Body in the Process of the illnesses the Workers

Abstract: This text is constructed from thoughts exercised in the dissertation which will be presented in the mastering in Education in the Sciences. It intends to comprehend the way at which the work organization interferes in the workers body, regulating their attitudes, their way of being and even their desires. The condition is violeted by the rhythm, by the extensive working day, by the increase of activities, determining an alienation process, at which the worker undergoes because of the need of keeping working. It will possibly bring implications to their health because they are like an instrument at the mercy of the capitalist rationality which disdains the human condition and valorizes the profit.

Keywords: disease, work, body, heath.

Introdução

Trabalhar é fundamental para a sobrevivência humana. Percebido em outros tempos como uma maldição, hoje o trabalho é uma bênção, somos úteis pelo que desenvolvemos através do trabalho (Forrester, 1997, p. 112). Devido à importância que o trabalho alcançou na vida das pessoas, o fato de ficar doente, independente de qualquer situação, não é desejável. Unir a doença à impossibilidade de trabalhar resulta numa situação extremamente intolerante e vergonhosa para o homem.

As reflexões que construímos² envolvem o entendimento sobre as relações entre o trabalho e a doença, o lugar que ocupa o corpo no trabalho, a concepção de corpo como um instrumento de trabalho e a saúde como uma necessidade para a produtividade.

As Relações entre o Trabalho e a Doença

Entender um pouco da relação entre o trabalho e a doença é um dos nossos objetivos. Talvez a complexidade desta relação nos faça buscar sempre mais justificativas para o adoecimento do trabalhador, uma vez que os índices de doenças ocupacionais aumentam a cada ano.

Acredita Dejours que “Para o homem a doença corresponde sempre à ideologia da vergonha de parar de trabalhar” (1992, p. 33), pois somente um corpo que trabalha, que produz, é efetivo no processo produtivo. Uma dor que incapacite para o trabalho pode ser vergonhosa, razão porque muitas pessoas ficam trabalhando até não suportar mais, tornando as conseqüências mais sérias. Um corpo perfeito e produtivo

² Estas reflexões são fruto da dissertação de mestrado “Só me lembro quando dói”: corpo, trabalho e saúde no universo dos trabalhadores em informática, orientada pelo professor doutor Paulo Evaldo Fensterseifer.

é tão importante que o mercado de trabalho tem dificuldades em aceitar um deficiente físico ou um trabalhador com mais idade, pois seus corpos transmitem a idéia de impotência, o que nem sempre é verdade.

Adoecer pode significar a diminuição de rendimentos monetários e até mudança no seu padrão de vida. Há uma reluta grande em afastar-se do trabalho para tratamento, a solicitação para o médico é um atestado de afastamento do trabalho de, no máximo, 14 dias, pois se for superior “vai para o INSS”, e os rendimentos diminuem. E nesse sentido, Dejourns afirma que um dos fatores que incrementa a população do subúrbio é a doença, pois as compensações materiais e os benefícios de invalidez são, em muitos casos, insuficientes para manter a família (1992, p. 33). Assim, é difícil aceitar o afastamento, pois se sabe que acarretará dificuldades financeiras.

É uma preocupação social o crescimento das doenças ocupacionais, pois envolve vários aspectos da vida humana e não somente a impossibilidade de trabalhar.

Mas, como acontece a doença? Até onde o processo de trabalho colabora para o surgimento das doenças? Lima descreve como fatores determinantes do adoecimento do trabalhador

... as exigências excessivas de produtividade, os ritmos intensos de trabalho, as jornadas extensas acompanhadas da imposição de horas-extras, a ausência de pausas adequadas, as pressões da hierarquia, a repetitividade e a monotonia das tarefas realizadas, as más condições ergonômicas e ambientais, além, e sobretudo, da submissão a uma rígida organização do trabalho, reduzindo drasticamente a autonomia dos trabalhadores... (1997, p. 12)

Como percebemos, são várias as hipóteses e há que se analisar muito bem o que está envolvido no adoecimento do trabalhador, pois aquilo que lhe causa maior sofrimento pode ser o determinante.

Segundo Dejourns (1992, p. 25), as *condições de trabalho* que compreendem o ambiente físico (temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude etc.), o ambiente químico (produtos manipulados,

vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaças etc.), o ambiente biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos), as condições de higiene, de segurança e as características antropométricas do posto de trabalho, podem repercutir sobre a saúde do corpo. Já a *organização do trabalho*, envolvendo a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc., podem implicar no sofrimento mental do trabalhador.

Apesar de o autor fazer uma distinção entre a saúde do corpo e a saúde mental, é importante ressaltar que ambas estão implicadas, pois entendendo o ser humano como uma unidade, um sofrimento psíquico pode desencadear um sofrimento físico e vice-versa. Exemplificando, poderia citar o caso de um trabalhador acometido por uma tendinite, e que compromete a saúde do seu corpo, conseqüentemente, gera um sofrimento psíquico pela dor que sente ou mesmo pela dificuldade ou impossibilidade de trabalhar. É Dejours mesmo que argumenta:

Se a violência da organização do trabalho pode, mesmo na ausência de nocividade dos ambientes de trabalho..., criar doenças somáticas e não apenas psíquicas, é por-que o aparelho mental não é um “compartimento” do organismo, simplesmente jus-taposto à musculatura, aos órgãos sensoriais e às vísceras. A vida psíquica é, tam-bém, um patamar de integração do funcionamento dos diferentes órgãos. Sua de-sestruturação repercute sobre a saúde física e sobre a saúde mental. (1992, p. 134)

Em seus estudos sobre a *Psicopatologia do Trabalho*, Dejours acentua a questão do comportamento humano no trabalho. Para ele, a organização do trabalho promove uma dominação da vida mental do trabalhador que ocasiona um comportamento produtivo estereotipado do operário-massa. Este comportamento destitui o operário de sua liberdade, de seus desejos, impedindo sua ação em direção ao prazer. Este “sofrimento” geralmente é imperceptível aos operários, que estão ocupados com as tarefas de garantir a produção (1992, p. 26).

Isto explicita o processo de alienação que se desencadeia, pois o trabalhador passa a desejar aquilo que seu chefe deseja: a produtividade. Para isso, esquece seus desejos, sua saúde, suas necessidades, entrega-se ao trabalho que lhe rouba sua singularidade e cria uma “... subjetividade capaz de renúncia” (Campos, 2000, p. 131). Em troca, o trabalhador recebe uma compensação monetária, não muito além da sua necessidade para a sobrevivência. Parece difícil entender que “... tantos aceitassem viver de modo tão mecânico, trocando liberdade e realização pessoal por dinheiro” (Campos, 2000, p. 131).

O sofrimento do trabalhador aparece quando se choca uma história individual, movida por projetos, esperanças e desejos, contra uma organização do trabalho que a ignora. Dessa forma, torna-se impossível para o homem fazer alguma modificação na sua tarefa de maneira a torná-la mais adequada às suas necessidades fisiológicas e a seus desejos psicológicos. Para se proteger desse sofrimento, os trabalhadores elaboram estratégias defensivas que operam contra a angústia e insatisfação geradas pelo trabalho (Dejours, 1992, p. 133). Essas defesas levam a uma suavização da percepção que os trabalhadores têm do sofrimento provocado pelo trabalho. Acontece como se “... por falta de poder vencer a rigidez de certas pressões organizacionais irreduzíveis, os trabalhadores conseguissem, graças a suas defesas, minimizar a percepção que eles têm dessas pressões, fontes de sofrimento” (Dejours, 1994, p. 128). Porém, estas estratégias são essencialmente mentais, pois não alcançam nenhuma modificação na situação provocadora de sofrimento.

Mas pode-se alcançar uma organização do trabalho que privilegie condições favoráveis para o trabalho, sob o ponto de vista da saúde do trabalhador. Basta que se alie as exigências intelectuais, motoras ou psicossensoriais para a realização da tarefa com as necessidades do trabalhador. Ou ainda, que possibilite ao trabalhador modificar a organização de seu trabalho, de acordo com seu desejo e seus ritmos biológicos e psicoafetivos (Dejours, 1992, p. 134). É a busca pelo prazer no trabalho, resgatando sua dimensão lúdica, objetivando a realização pessoal do trabalhador e, conseqüentemente seu bem-estar.

O bem-estar do trabalhador é alcançado quando houver satisfação *concreta e simbólica* dos trabalhadores. Conforme Dejours, a *satisfação concreta* é alcançada quando é possível proteger o corpo dos danos advindos do trabalho através de atividades físicas, sensoriais e intelectuais, de acordo com a individualidade de cada um. Já as *satisfações simbólicas* seriam alcançadas pela adequação das tarefas aos desejos e motivações (1992, p. 62).

O lugar do Corpo no Trabalho

Em decorrência da dimensão que o trabalho adquire na vida das pessoas e como se torna condição fundamental para a sobrevivência humana, neste momento, cabe-nos pensar a condição corpórea do homem, uma vez que antes de tudo somos corpo, pelo corpo chegamos a este mundo e com ele sentimos e fazemos nossa vida. Também é pelo corpo que "... sentimos, desejamos, trabalhamos, nos expressamos e criamos" (Fassina; Pereyra; Cena, 2001, p. 34).

Para tanto, torna-se importante saber que lugar ocupa o corpo no espaço de trabalho, já que "É um corpo no mundo, em relação... Estou, como corpo, todo o tempo misturado com as coisas, o mundo e os outros ... Vou sendo construído por meu corpo. Vou sendo construído pelas possibilidades de contato de meu corpo com o mundo e com os outros" (Merleau-Ponty apud Fassina; Pereyra; Cena, 2001, p. 26). Sabemos que por trás de toda atividade se esconde uma organização do trabalho, que contribui muito para o modo de ser de cada trabalhador, pois embebidos pelo trabalho, os trabalhadores esquecem-se muitas vezes de si.

Também faz parte da nossa análise o modo como a organização do trabalho condiciona a corporeidade. Pelas palavras de Fassina, Pereyra e Cena, podemos compreender que

A experiência de si refere-se às práticas da subjetividade... leva a pensar sobre as ações individuais e sobre o compromisso pessoal que não estão desvinculados dos interesses coletivos. Aqui necessitamos pedir emprestado a Nietzsche a idéia de “nós, os que conhecemos, somos desconhecidos para nós mesmos” (2001, p. 11).

Geralmente, a prioridade para os trabalhadores é o desempenho das atividades, e o corpo é colocado em um plano secundário. Isto é demonstrado na falta de atenção ao corpo durante o trabalho, na necessidade que desenvolvem de um corpo sadio para possibilitar a produtividade, e na obrigação que eles têm com o cumprimento dos prazos das tarefas. No momento em que negligenciam o próprio corpo no trabalho, também anulam-se como sujeitos. E como isso pode repercutir no modo de ser de cada trabalhador? Tentaremos construir, na seqüência, uma interpretação da corporeidade no ambiente de trabalho, pois

À primeira vista o corpo é o que há de mais concreto e natural ao homem. Todavia, basta refletir com um certo vagar a seu respeito para que ele se revele surpreendente e desconhecido, resistente ao discurso, silencioso diante da infinita vontade de saber sobre seu funcionamento. Sempre tivemos ou fomos um corpo; por conseguinte, ele nos parece familiar, o registro mais fiel daquilo que consideramos “a nossa identidade”. (Sant’anna, 2000, p. 50).

O que nos faz lembrar da existência do corpo pode ser a presença de uma sensação de desconforto ou dor. A atividade que desempenham pode envolvê-los de tal maneira que nem mesmo percebem os movimentos que realizam e/ou posturas que adotam. E a dor pode ser um sinal de alerta de que existe um corpo que pode estar merecendo uma atenção naquele momento do dia. Mas, por que é tão difícil lembrar de algo tão presente, tão visível quanto o nosso corpo? Boltanski afirma que “Se os indivíduos prestam tanto menos atenção ao corpo e mantêm com ele uma relação tanto menos consciente quanto mais intensamente são levados a agir fisicamente, é talvez porque o estabelecimento de uma relação reflexiva com o corpo é pouco compatível com uma utilização intensa do corpo” (1989, p. 167). É um corpo maquinal, de uso

profissional, oferecendo assim pouco espaço para a reflexão. Boltanski relaciona esta falta de relação reflexiva com o corpo como uma maneira de impedir uma redução da qualidade e quantidade de trabalho que o corpo possibilita (1989, p. 168). De certa maneira eles são traídos por eles mesmos, em prol das condições econômicas que necessitam de um corpo que promova alta produtividade.

Simões aduz que o corpo é um todo essencial ao homem, no entanto, torna-se esquecido pelas relações de trabalho opressoras. Esta autora diz que “A sociedade em que vivemos, mantém-nos no desconhecimento e desinteresse sobre nosso corpo, alienando-nos de nós mesmos. Tudo na vida se relaciona, direta e indiretamente com a vida concreta, ou seja, com o corpo, porém, como homens e mulheres, parecemos não ter consciência disso” (1993, p. 32).

Essa condição alienante do homem no trabalho, que o impede de conhecer seu próprio corpo, pode estar associada ao desconhecimento que tem sobre ele mesmo ou, ainda, pode ser conseqüência da própria necessidade humana de ter um trabalho, pois hoje luta-se para não perder o que se tem, e é necessário sujeitar-se então ao ritmo que a organização do trabalho impõe. Talvez o próprio homem não saiba claramente, ou pelo menos não entenda essa condição de alienação, pois vive seu dia-a-dia acreditando que tem que ser assim. Como refere Fassina, Pereyra e Cena, “A cultura põe palavras ao corpo, lhe dá códigos, lhe impõe ritualizações envolvendo as práticas, a maneira de pensar e de sentir” (2001, p. 29).

Porém, o corpo, ao dar sinais de que algo não vai bem, tenta mostrar-se ao sujeito, ou seja, “... a dor e o sofrimento nos revelam outra dimensão do corpo, nos recordam que além de termos um corpo, somos um corpo” (Fassina; Pereyra; Cena, 2001, p. 27).

Situações de trabalho bastante comuns na atualidade envolvem sobrecarga de atividades, cujo tempo é dedicado exclusivamente para o cumprimento das tarefas, pois trabalham contra o tempo e sob a pressão do cumprimento dos prazos. Esta situação impede ou pelo menos dificulta a reflexão do trabalhador de sua condição corpórea no traba-

lho. Antes de tudo é o corpo como força de trabalho que deve prevalecer, e as situações de desconforto são amenizadas com uma troca de postura, uma “paradinha”.

Como menciona Simões,

Muitas vezes, o trabalhador custa a perceber-se como um corpo explorado: entretanto, o desencantamento com o trabalho, o cansaço excessivo, as doenças e até mesmo o acidente, estão a mostrar-lhe que seu corpo, na sua totalidade (corpo-físico, espírito, emoções, inteligência) está rejeitando a situação em que vive. (1993, p. 33)

As dores e desconfortos posturais podem ser indícios de que as condições de trabalho não são favoráveis, que o sujeito não está sendo respeitado de acordo com o seu ritmo, sua vontade ou sua liberdade de escolha para alguma atividade. É tratado pela organização do trabalho e por ele mesmo como uma máquina que não pode parar, ou pelo menos não pode deixar de cumprir as obrigações que lhe dizem respeito.

A sensação de dor ou desconforto pela sobrecarga de atividades torna-se associada à função, passando, portanto, a ser uma condição de normalidade. Haverá uma preocupação mais séria com isso no momento em que se desencadear uma dificuldade para desempenhar as atividades que o trabalho exige. Em seu estudo, Boltanski afirma que aquelas pessoas que não prestam atenção ao corpo e que o utilizam como um instrumento, que subordinam o corpo às funções sociais necessárias, têm uma tendência de um adoecimento mais brutal, pois terão mais dificuldade em perceber os sinais precursores das doenças (1989, p. 163).

O corpo está subjugado ao trabalho, ou seja, primeiro o trabalhador executa bem as tarefas, depois pensa nas conseqüências para a saúde. Eis o grande desafio: educar o trabalhador para “priorizar-se” como ser humano, em detrimento das tarefas a cumprir. O sistema produtivo atual necessita de sujeitos eficientes, pois normalmente se trabalha com um número reduzido de pessoal, e com um número alto de atividades a cumprir. Dessa maneira, o trabalhador obriga-se a trabalhar num ritmo

para além do natural, podendo ocasionar prejuízos à sua saúde. Silva aponta que “... no sistema produtivo, a racionalização e a eficiência não podem existir sem a repressão do corpo, isto é, para que o homem se torne uma função do sistema ele tem que, prioritariamente, reprimir todos os ritmos naturais de seu corpo e agir no ritmo estabelecido pelo próprio sistema” (1996, p. 55).

A cobrança pela produtividade é algo inerente ao sistema produtivo atual, e o trabalhador já incorporou isto à sua vida, pois como registra Daolio, “O homem por meio do seu corpo, vai assimilando e se apropriando dos valores, normas, costumes sociais, num processo de inCORPOração...” (1994, p. 39). Há uma grande cumplicidade dos trabalhadores com a rotina do serviço, ou seja, eles mascaram a subordinação ao ritmo de trabalho, julgando-se responsáveis e produtivos. Os trabalhadores tornam-se condicionados a um ritmo de trabalho bastante intenso.

A concepção de corpo que perpassa pelos trabalhadores é o caráter de utilidade. Portanto, a presença de dor ou de adoecimento determinam a condição de fracasso, ou seja, a queda da performance na função que desempenha. O sofrimento que a dor causa parece não ser o mais relevante, a incapacidade sim.

Hunter argumenta que “... certas práticas do eu não podem ser consideradas como conscientes nem inconscientes, mas simplesmente como formas não subjetivas de comportar-se que são aculturadas nos indivíduos como parte do seu modo de vida, tais como estilos de andar e dormir” (apud Lupton, 2000, p. 21). Conforme Lupton, o fato de não refletir por atitudes ou rituais diários é em função de práticas que se tornaram um hábito (2000, p. 22).

Para Simões, há que se libertar o corpo da condição de uma peça para toda e qualquer obra e descobrir o corpo como um meio para o conhecimento do mundo e, dessa forma, vencer os obstáculos que a sociedade impõe (1993, p. 33). Pois, como sentencia Foucault “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi

no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista” (1987, p. 80). No entanto, é preciso ter o cuidado de não promover novo disciplinamento do corpo, como a escolarização buscou ao longo de anos.

O Corpo como um Instrumento de Trabalho

Como analisamos anteriormente, a prioridade para o trabalhador é o cumprimento das tarefas, a produtividade. Para tanto, ele necessita de um corpo que o ajude no fazer desta tarefa, um corpo-instrumento. Ao entrar na empresa, o espetáculo é comandado pelas atividades a desempenhar. Assim, o corpo é considerado um objeto “... do qual se espera eficiência, produção e saúde” (Fassina; Pereyra; Cena, 2001, p. 27).

O corpo constitui-se em força de trabalho, e diferente da máquina, que pode parar de funcionar por um problema técnico, os sujeitos devem ser produtivos, de preferência sem interrupções, pois como aduz Silva “... se torna força útil se for, ao mesmo tempo, produtivo e submisso” (1996, p. 57). Ou seja, o trabalhador faz parte do sistema enquanto for útil, e para isso seu corpo precisa estar em condições de desenvolver as atividades no ritmo que a organização determina.

O sistema capitalista de produção identifica-se com corpos dóceis e úteis, pois só assim o indivíduo se afirma como uma força de trabalho adequada. É por isso que tudo “tem que funcionar bem” para poder cumprir com as obrigações e continuar desempenhando suas atividades com o máximo de eficiência possível. Gonçalves aponta para as implicações do sistema capitalista de produção na corporeidade quando informa que “... no trabalho, a manipulação do corpo foi, progressivamente, assumindo proporções cada vez mais graves, com a expansão do sistema capitalista e com o desenvolvimento da tecnologia, onde os movimentos corporais têm se tornado cada vez mais instrumentalizados” (1994, p. 17).

Para os trabalhadores, o comprometimento com as tarefas é tão grande que literalmente esquecem de si. Seus corpos são tratados como instrumentos imprescindíveis ao trabalho, e acreditam que precisam estar sadios para cumprir com as obrigações. E quando existe o cuidado com o corpo, é para buscar um aumento na produtividade.

Muitas vezes, o sentido do cuidado com o corpo no trabalho pode representar a necessidade de produtividade, visto que é um dos parâmetros utilizados atualmente no mercado de trabalho para determinar a eficiência de um funcionário. Assim, buscam os trabalhadores trabalhar em ritmos que não são pertinentes para sua saúde, pois além da pressão do cumprimento das tarefas no prazo estabelecido, procuram sempre prezar pela mínima margem de erro. Este é o modelo de direcionamento e controle do corpo determinado pela racionalidade produtivista (Assmann, apud Cecco & Pozzobon, 1999, p. 258).

A saúde, mesmo lembrada, não recebe a atenção que deveria. Para os trabalhadores, a prioridade ainda é o trabalho, mesmo que isso implique danos para a saúde. Enfatizam que hoje estabelecem o trabalho como prioridade em suas vidas, independente do dano que possa estar causando.

Diante da priorização que o trabalho assume, torna-se pertinente a preocupação com a saúde do trabalhador, pois segundo Dejours, o corpo é recoberto pelo silêncio em relação às condições de sexualidade, gravidez e doença, somente o corpo produtivo no silêncio dos seus órgãos pode ser aceito (1992, p. 32). É possível pensar na existência de um conflito no interior destes sujeitos? Até que ponto o ambiente de trabalho possibilita aos sujeitos demonstrar suas vontades? Os sujeitos, muito provavelmente, devem ter alguns embates entre seus desejos e as obrigações com o cumprimento das atividades, podendo propiciar sofrimento psíquico.

Como afirmam Fassina; Pereyra; Cena,

Um corpo objetivo, construído e domesticado deve ser um corpo útil e capaz de realizar todas as vontades. Associado a uma mente executiva deveríamos ter um corpo disciplinado. Mas a vontade conscien-

te de dominar o corpo e os desejos autônomos do corpo não são sempre a mesma coisa, mesmo que convivam no mesmo corpo (2001, p. 28).

Esta situação conflituosa não é perceptível, muitas vezes, para os trabalhadores que se envolvem com a rotina diária de trabalho e não refletem sobre isto. Assim, apesar de a saúde ser uma necessidade, não pensam na melhor maneira de conservá-la.

A relação Saúde x Produtividade

A saúde pode assumir significados diferentes para os trabalhadores, de acordo com o contexto social, experiências que acabam determinando o modo de ser de cada um. E segundo Alves et al “... a saúde e a doença são fenômenos com significados diferentes conforme cada época e cultura, pois as pessoas têm saúde ou doença, segundo a classificação de sua sociedade, visto que estes conceitos estão intimamente relacionados à transformação cultural e à estrutura social” (1996, p. 63).

A relação entre saúde e produtividade fica concretamente ancorada no sistema capitalista em que vivemos, pois a subsistência dos sujeitos depende de sua capacidade produtiva. E é isso que apontam Alves et al no estudo que realizaram sobre a abordagem sociocultural da saúde e doença. Assim, acrescentam que “Inserido em um modelo capitalista onde o valor de cada um é avaliado por sua capacidade de produção, o homem teme deixar falar o seu corpo...” (1996, p. 64) e talvez isto explique por que muitos trabalhadores, ao desenvolver sintomas de uma doença, protelam a procura por um tratamento. É a presença do medo dessas manifestações clínicas interferirem na sua capacidade para o trabalho. Conforme Dejours, a doença sempre corresponde à ideologia da vergonha de ter que parar de trabalhar (1992, p. 33), pois, antes de tudo, é preciso produzir.

Realmente, o indivíduo que está doente ou com uma dor, apresenta uma queda da performance no trabalho, pois é humanamente impossível não reagir dessa maneira no caso de uma perturbação na saúde. E como afirma Knauth (1992, p. 55) “... o não funcionamento regular do corpo acarreta implicações em outras esferas da vida social, sobretudo aquela diretamente relacionada com a própria sobrevivência material, ou seja, o trabalho”. No entanto, a preocupação com a saúde e com o corpo só surge quando o seu funcionamento não está normal. Pois, apesar da relação entre saúde e produtividade, preocupam-se muito pouco em prevenir as possíveis lesões que possam advir do trabalho.

No momento em que “... o corpo se tornou ... o único gerador de bens” (Minayo apud Nardi, 1999, p. 84) e foi adestrado para o trabalho, tem um significado importante no desempenho profissional. No adoecimento, “... o orgulho de um corpo que moralmente cumpria com seu dever é colocado em cheque” (Nardi, 1999, p. 101). Isto repercute em mais sofrimento para o trabalhador.

É comum o trabalhador expressar que não tem muita saída, deve realizar suas atividades, independente do que está causando à sua saúde. Isso também é fruto de uma construção moral que relaciona trabalho = saúde = honestidade, e doença = vagabundagem, e definem o trabalho como importante para estruturar os valores morais positivos da sociedade, negando a relação entre o adoecimento e o trabalho, pois denunciaria um lado negativo da atividade. E o que acaba acontecendo nesta racionalidade é que a culpa pelo adoecimento acaba sendo do próprio trabalhador (Nardi, 1999, p. 109).

Como “O cumprimento das tarefas ... é aspecto determinante para concepção de saúde ... saúde torna-se algo alienado do indivíduo e apropriado pelo meio social na força de trabalho” (Alves et al, 1996, p. 64), torna-se pertinente buscar maneiras de conciliar a saúde com o trabalho, pois o trabalho é uma atividade essencialmente humana.

Alves et al alertam que a busca pela subsistência talvez esteja em “... escutar as vozes que se manifestam do corpo, que são as representações mais significativas do que sentimos ou deixamos de sentir” (1996, p. 63). A responsabilidade pela prevenção também pode ser de cada um em perceber os sinais que o corpo transmite.

Mas por que é tão difícil pensar e realizar efetivamente a prevenção? Este, sem dúvida, é um grande desafio principalmente para nós, profissionais da saúde. No entanto, a solução pode não estar nas nossas mãos.

Conclusão

Há que se buscar uma nova maneira de viver no trabalho e também fora dele. Como seres produtivos que somos necessitamos do trabalho, e a busca de uma melhor qualidade de vida deve ser articulada com o trabalho. A possibilidade de realização e satisfação do ser humano está vinculada com sua capacidade de ser útil ou de produzir algo. Portanto, é pertinente que o trabalhador supere a idéia do trabalho como um castigo e lute por condições que associem o prazer ao trabalho. Não podemos projetar nossas realizações enquanto seres humanos para as férias ou a aposentadoria.

Dada a importância que o trabalho assume na vida das pessoas, este deve ser um espaço para a conquista dos desejos. No entanto, torna-se fundamental perceber que a lógica produtivista é desumanizadora, pois é preciso voltar a atenção para o corpo como uma dimensão efetivamente humana, ou seja, “...precisamos compreender o corpo enquanto ‘ser-no-mundo’, resgatando o ‘humano’ do homem. É preciso valorizar o homem como um Ser individual, movido por desejos, sentimentos, ação própria e que, na teia das relações sociais, se constrói um Ser também social” (Bigolin, 2000, p. 236). No nosso entendimento, este é o caminho para proteger a saúde do trabalhador.

Bibliografia

- ALVES, Albertina Rodrigues et al. Saúde e doença: uma abordagem sociocultural. In: SILVA, Yolanda F.; FRANCO, Maria Celsa. *Saúde e doença: uma abordagem cultural da enfermagem*. Florianópolis: Papa-Livros Editora, 1996, p. 56-73.
- BIGOLIN, Simone Eickhoff. Significando o corpo no trabalho. In: MARQUES, Mario Osorio (Org.). *Educação, saberes distintos, entendimento compartilhado*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000, p. 230-238. (Coleção Trabalhos acadêmico-científicos. Série Educação nas Ciências).
- BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- CAMPOS, Gastão Wagner Sousa. *Um método para análise e co-gestão de coletivos*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CECCO, Luciana H.; POZZOBON, Maria Elizete. Sentido(s)/significado(s) do corpo. *Rev. Kinesis*, Santa Maria, n.21, p. 247-263, 1999.
- DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. Campinas: Papirus, 1994.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: o estudo da psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez Oboré, 1992.
- _____. *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- FASSINA, Mirtha; PEREYRA, Cecilia; CENA, Marcela. Experiencia de sí y problematizaciones en las prácticas corporales. 2001. Licenciatura especial en Educación Física, Facultad de Ciencias Humanas; Departamento de Educación Física; Universidad Nacional de Rio Cuarto, Cordoba. (Tradução da autora).
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GONÇALVES, Maria Augusta Salin. *Sentir, pensar, agir – corporeidade e educação*. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção corpo e motricidade).
- KNAUTH, Daniela. Antropologia do Corpo e da Saúde II. *Cadernos de Antropologia*. Porto Alegre, n. 6, p. 55-72, 1992.
- LIMA, Francisco de Paula Antunes; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. In: ARAÚJO, José Newton Garcia de et al. *L.E.R. – Dimensões Ergonômicas e Psicossociais*. Belo Horizonte: Livraria e Editora Health, 1997.
- LUPTON, Deborah. Corpos, prazeres e práticas do eu. In: *Revista Educação & Realidade: Produção do Corpo*. Porto Alegre, v.25, n.2, p.15-48, jul./dez. 2000.

NARDI, Henrique Caetano. *Saúde, trabalho e discurso médico: a relação médico-paciente e o conflito capital-trabalho*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 1999.

SANT'ANNA, Denise B. de. Descobrimdo o Corpo: uma história sem fim. *Revista Educação & Realidade* – Produção do Corpo. Porto Alegre, v.25, n.2, p. 49-58, jul./dez. 2000.

SILVA, Meri Rosane Santos da. *A educação física, o corpo e o movimento humano na perspectiva do mundo do trabalho*. Porto Alegre (RS): Escola Superior de Educação Física; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. 151p. (Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento Humano).

SIMÕES, Nelcy Vera Nunes. *A significação social do corpo provocada na relação educativa fisioterapeuta e pacientes acidentados do trabalho*. São Carlos (SP): Centro de Educação e Ciências Humanas; Universidade Federal de São Carlos, 1993, 95p. (Dissertação de Mestrado em Educação).